

Edição n° 04/2023

CAO Pessoa com Deficiência



SUMÁRIO

- 1 MINISTÉRIO PÚBLICO
- 2 TRIBUNAIS DE JUSTIÇA
- 3 TRIBUNAIS SUPERIORES
- 4 CONSELHOS NACIONAIS
- 5 NOVIDADES LEGISLATIVAS
- 6 NOTÍCIAS

EQUIPE

Dra. Daniele Crema da Rocha de Souza
Promotora de Justiça Coordenadora do CAO PcD

Dr. Wellington Petrolini Molitor
Promotor de Justiça Coordenador-Adjunto do CAO PcD

Thatyane Domingues Moreira Nunes
Assistente Social

Rita de Cássia Arnaut Amadio
Analista Jurídico

Gabrielly Maria Aleknovic da Cunha
Auxiliar Ministerial

02 MINISTÉRIO PÚBLICO

Ministério Público Federal

- MPF defende constitucionalidade de lei que instituiu rol exemplificativo para tratamentos não previstos pela ANS
- MPF, DPU e DPMG recomendam que seguradoras garantam igualdade à pessoa com deficiência na contratação de seguro
- Interesse Público mostra atuação do MPF para garantir tratamento a pessoas com doenças raras

Ministério Público de São Paulo

- MPSP - Operadora de planos de saúde deverá retomar atendimento em clínica descredenciada
- MPSP - Promotoria recorre para retomar ação que visa a garantir medidas em prol de pessoas com autismo

Ministério Público do Pará

- MPPA - Servidores das Promotorias de Justiça de Marabá participam de Curso de Libras

Ministério Público do Rio de Janeiro

- MPRJ assina TAC para que o Município de Quatis adeque prédios e espaços públicos às regras de acessibilidade

Ministério Público de Minas Gerais

- MPMG publica resolução sobre o sistema de comunicação de interações psiquiátricas involuntárias
- MPMG participa de debate sobre políticas inclusivas para pessoas com síndrome de Down

Ministério Público da Bahia

- MPBA - Quatro mulheres são denunciadas por abandono de pai idoso e com deficiência
- MPBA - Paulo Afonso deverá regularizar serviço multidisciplinar para crianças com deficiência
- MPBA aciona Brumado na Justiça para garantir monitores escolares para PCD

Ministério Público de Goiás

- MPGO denuncia donos e funcionários de comunidade terapêutica por sequestro, cárcere privado e maus-tratos de internos em Anápolis

Ministério Público de Pernambuco

- MPPE recomenda adequações para atendimento de alunos com TEA na rede municipal de ensino
- MPPE recomenda a contratação imediata de terapeutas ocupacionais para atendimento de crianças com TEA e TDAH

Ministério Público do Paraná

- MPPR emite recomendação para que secretarias de Saúde da comarca de Iporã padronizem encaminhamentos de internações psiquiátricas
- MPPR - Promotoria de Justiça de São João do Ivaí cobra do Município o atendimento de saúde e educação devidos a crianças e adolescentes autistas



03 TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

TJCE

- TJCE - Plano de saúde é condenado a fornecer tratamento de terapia ocupacional a crianças gêmeas autistas em Sobral

TJPI

- TJPI - Discriminação racial e Síndrome de Down: conheça leis sobre as temáticas

TJSC

- TJSC - Justiça determina que empresa aérea transporte animal de suporte psiquiátrico até Roma
- TJSC autoriza mãe de filha autista a ter jornada de trabalho reduzida sem alterar salário
- TJSC garante direito de aluno autista dispor de professor especializado em sala de aula

TJPB

- TJPB - Escola é condenada a pagar indenização por recusar matrícula de criança autista

TJSP

- Criança com transtorno do espectro autista tem direito a transporte escolar especial gratuito, decide TJSP
- TJSP - OE julga inconstitucional lei municipal que trata da internação involuntária de dependentes químicos

TJRN

- TJRN - Criança terá direito a atendimento psicoterapêutico realizado no município em que reside

TJMA

- TJMA condena plano de saúde por negar tratamento psicológico a criança autista

04 TRIBUNAIS SUPERIORES

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

STJ - Cobertura para transtorno do espectro autista e ingresso de amicus curiae são temas da Pesquisa Pronta

Produzida pela Secretaria de Jurisprudência, a nova edição aborda a cobertura, por plano de saúde, de sessões de terapia especializada prescritas para o tratamento de transtorno do espectro autista e as hipóteses de ingresso de amicus curiae em processos judiciais.

Direito civil – Contratos

Plano de saúde. Tratamento de transtorno do espectro autista (TEA). Recusa de cobertura e da limitação do número de sessões de terapia especializada. Rol da Agência Nacional de Saúde (ANS).

Direito processual civil – Intervenção de terceiros
Amicus curiae. Hipóteses de ingresso.

STJ - Jurisprudência em Teses traz novos entendimentos sobre benefícios previdenciários

A Secretaria de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) disponibilizou a edição 207 de Jurisprudência em Teses, com o tema Benefícios Previdenciários II. A equipe responsável pelo produto destacou duas teses.

A primeira estabelece que é possível a concessão de pensão especial por morte de ex-combatente a neto menor de idade inválido sob guarda do avô, dispensada a comprovação de dependência econômica, a despeito de o artigo 5º da Lei 8.059/1991 não incluir o menor sob guarda no rol de dependentes.

O segundo entendimento aponta que, no regime geral de previdência, a concessão de pensão por morte a filho dependente maior inválido requer que a comprovação da invalidez preceda o óbito do segurado, logo é irrelevante o fato de a incapacidade ter ocorrido antes ou depois da maioridade do postulante.

STJ - Jurisprudência em Teses divulga entendimentos sobre direitos da pessoa com deficiência

A Secretaria de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) disponibilizou a edição 208 de Jurisprudência em Teses, com o tema Dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A equipe responsável pelo produto destacou duas teses.

A primeira estabelece que a Lei 8.742/1993 não elenca o grau de incapacidade como condição para a concessão de Benefício de Prestação Continuada (BPC) à pessoa com deficiência, logo não cabe ao intérprete a imposição de requisitos mais rígidos que os previstos na Lei de Organização da Assistência Social (LOAS).

O segundo entendimento aponta que, para fins de isenção tributária na aquisição de automóveis por pessoas com deficiência, o fato de o veículo ser conduzido por terceira pessoa não constitui impedimento para o deferimento do benefício.

05 CONSELHOS NACIONAIS



CNJ - Magistradas trabalham por direito à acessibilidade e à inclusão para pessoas com deficiência



CNJ - Justiça do Trabalho cria manual para audiodescrição



CNJ - Desembargador cego preside, pela primeira vez, sessão de julgamento no TRT do Paraná



CNJ - Justiça trabalhista do Pará e Amapá cria glossário e capacitação em Libras



CNJ - Síndrome de Down: aprendizados na família refletem na atuação de magistrada

06 NOVIDADES LEGISLATIVAS

- Projeto acaba com parâmetro de renda para acesso de pessoa com deficiência ao BPC
- Projeto obriga órgãos públicos a oferecer tecnologia assistiva para pessoas com deficiência
- Projeto torna permanente laudo sobre deficiência ou transtorno irreversível
- Projeto assegura exame de cariótipo no SUS em recém-nascidos com Síndrome de Down
- Projeto obriga aeroportos a fornecerem cadeira de rodas para pessoas com deficiência
- Projeto prevê prioridade no atendimento psicossocial para mães de filhos com transtorno do espectro autista
- Projeto concede prioridade no teletrabalho a pais com filho paciente psiquiátrico
- Projeto amplia recursos para financiamento de equipamentos para pessoa com deficiência
- Projeto concede marcação de assento gratuita em voos para idosos, gestantes e pessoas com deficiência
- Projeto prevê colocação de símbolo do autismo para indicar prioridade de embarque em aeroportos
- Projeto obriga salas de cinema a reservar uma sessão mensal para pessoas autistas
- Projeto prevê BPC em dobro para pessoas com deficiência em caso de ausência dos pais
- Câmara aprova uso de fita com desenho de girassóis para identificar pessoa com deficiência não aparente
- Projeto isenta idosos acima de 70 anos e pessoas com deficiência de pagamento de pedágio
- Projeto corrige pela inflação o limite de benefício fiscal em carros novos para as pessoas com deficiência

07 NOTÍCIAS

TRF1 - Lei garante isenção de imposto para aquisição de veículos a deficientes visuais independentemente de restrição expressa na Carteira de Habilitação

Acessibilidade para pessoas autistas, é necessário?

DPU - Candidata com deficiência aprovada na UFMA obtém direito de matrícula na Justiça

Internação compulsória não depende do esgotamento de opções extra-hospitalares

Acompanhantes de passageiros com Síndrome de Down têm 80% de desconto nas passagens aéreas

TRF4 - Associação de apoio a pessoas com Síndrome de Down pode ser equiparada a ente público

TRF3 - Terceira Turma reconhece imunidade sobre o PIS a entidade que atende pessoas com deficiência física

Inclusão de pessoas com deficiência deve ser um compromisso da sociedade

ALMT - Assembleia instaura Câmara Setorial Temática para discutir atendimento à saúde mental em Mato Grosso

Autismo não se confunde com psicopatia, nem justifica comportamento criminoso





MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

CAO - PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Centro de Apoio Operacional
Procuradoria Geral de Justiça
65 3611-0600

www.mpmt.mp.br

Contato:

cao.pessoacomdeficiencia@mpmt.mp.br

Descrição da imagem - Dividida em quatro quadrantes nas cores azul, amarelo, verde e vermelho com vários objetos espelhados (clipes, dados, giz e origamis de papel) fazendo alusão à neurodiversidade.